

Até a Fazenda assume o desafio

A área econômica do Governo já elegeu quatro desafios que pretende enfrentar em 96. O primeiro deles é o equilíbrio das contas públicas, que deverá ser perseguido com maior determinação. O segundo é o aumento das taxas de poupança interna e de investimentos, que deverá ocorrer junto com a queda das taxas de juros. Os dois maiores desafios, no entanto, são o aumento das exportações e o crescimento da economia com geração de empregos.

Antes de eleger os quatro desafios, o Ministério da Fazenda avaliou que, em 1995, o Governo obteve três avanços significativos na condução da política econômica. Em primeiro lugar, a inflação registrou uma tendência continuada de queda, a tal ponto que a estimativa do mercado atualmente é de que a taxa de 96 será menor que a taxa registrada no ano passado. Na avaliação do Governo, a inflação não ficará muito acima de 15%.

Em segundo lugar, a equipe econômica conseguiu controlar o excesso de demanda que, no início de 1995, ameaçava criar sérias dificuldades às contas externas do País. Esse controle evitou problemas de abastecimento e o aparecimento do ágio, mesmo com o consumo de alimentos crescendo muito. O consumo aparente de feijão subiu 1,4% em relação a 1994, enquanto o consumo de milho subiu 6,9%, o de carne bovina 4,4%, o de frango 16,6% e o de ovos 16,4%. O controle da demanda, segundo as avaliações feitas pelo Ministério da Fazenda, foi feito sem "uma conjuntura recessiva", como afirmou o secretário-adjunto de Política Eco-



Pedro Parente: ajuste deve vir em 96 mas pode ficar para 97

nômica do Ministério da Fazenda, Gesner Oliveira.

O terceiro avanço obtido na condução da política econômica foi a melhoria das contas externas do País. Embora o Brasil tenha registrado continuados déficits em sua balança comercial no início de 1995, conseguiu reverter a situação a partir de junho e obteve superávits nos últimos meses do ano passado. No total, as exportações cresceram 6,8% em relação a 1994. O déficit em conta corrente (soma do resultado da balança comercial com o resultado da conta de serviços) ficou em torno de 3% do Produto Interno Bruto (PIB).

Ajuste — Embora o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, tenha anunciado que 96 será o ano do ajuste fiscal,

os técnicos da área econômica admitem que resultados mais significativos neste campo só poderão ser obtidos mesmo em 1997. Ainda faltariam os instrumentos institucionais, que estarão disponíveis apenas depois da aprovação das reformas administrativa, previdenciária e tributária.

Mesmo assim, os técnicos acreditam que será possível avançar na área fiscal, principalmente com uma melhora das contas dos estados. A previsão oficial é de um equilíbrio nas contas públicas ou um pequeno déficit operacional. Em 95, as contas fecharam com um déficit operacional (receita menos despesas, inclusive o pagamento de juros das dívidas interna e externa) da ordem de 4% do PIB.

O desafio de aumentar as ex-

portações é considerado como um dos mais importantes em 96. Quanto maiores forem as exportações, maiores poderão ser as importações do País e maior a taxa de crescimento da economia.

Exportações — Para aumentar as exportações, o Governo pretende reduzir o chamado "Custo Brasil". Mas a idéia não é apenas melhorar as estradas, reduzir o custo dos transportes, ou diminuir os encargos sociais e os impostos que incidem sobre o produto exportado. O Governo quer estimular também a redução de custo dos insumos essenciais. O Ministério da Fazenda informa que já houve redução no custo da energia elétrica, da nafta e do óleo diesel o que vem favorecendo as exportações do País, principalmente para o Mercosul.

Outro desafio considerado de fundamental importância é o crescimento com a geração de empregos. O Governo está preocupado porque o aumento da produtividade, necessário para melhorar a competitividade dos produtos brasileiros no exterior, implica necessariamente na redução do nível de emprego. A alternativa que está sendo estudada no Ministério da Fazenda é a criação de fortes estímulos às pequenas e médias empresas. Um estudo que circula nos principais gabinetes da área econômica mostra que, no Brasil, 63% da mão-de-obra empregada é absorvida pelas empresas que possuem até 99 empregados — ou seja, é a pequena e médias empresa que geram emprego. Deve-se esperar, portanto, o anúncio de planos e estímulos para esse setor em 96.